

10. PROPOSTA –CONTRATO DE COMODATO –AUTORIZAÇÃO DA CEDÊNCIA DAS INSTALAÇÕES DO JARDIM DE INFÂNCIA DA PÓVOA NA FREGUESIA DE PALMEIRA:

Submete-se proposta ao abrigo da norma constante do Contrato de Comodato (nº3 do artº 3º), aprovado em reunião do Executivo Municipal de 29 de fevereiro de 2015, segundo a qual solicita autorização da cedência das instalações do Jardim de Infância da Póvoa, Freguesia de Palmeira, ao Movimento da Juventude da Póvoa.

A referida proposta bem como o contrato de comodato faz parte integrante da minuta.

PROPOSTA

Na sua reunião do dia 29 de fevereiro de 2016 deliberou o Órgão Executivo aprovar um contrato de comodato a celebrar entre o Município e a Junta de Freguesia de Palmeira, para cedência das antigas instalações do Jardim de Infância da Póvoa, sito na mesma Freguesia, para nele se desenvolverem atividades de carácter social, lúdicas, culturais e recreativas.

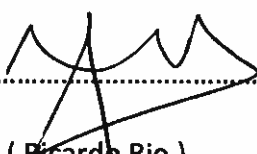
Por ofício datado de 18 de abril de 2016 veio a Junta de Freguesia de Palmeira solicitar autorização para cedência das instalações ao designado “Movimento da Juventude da Póvoa”, para apoio ao desenvolvimento das suas atividades.

Considerando que se encontra previsto no nº3 da cláusula 3ª do Contrato de Comodato anteriormente referenciado, a possibilidade de cedência, a título precário, a associações ou clubes, com sede na Freguesia de Palmeira, para o exercício das atividades acima descritas,

PROPONHO a este Executivo que, ao abrigo da norma constante do Contrato de Comodato (nº3 do artigo 3º), autorize a cedência das instalações em causa ao Movimento da Juventude da Póvoa.

Braga, 29 de abril de 2016

O Presidente da Câmara,


.....
(Ricardo Rio)



CONTRATO DE COMODATO

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Braga, com sede na Praça do Município da cidade de Braga, pessoa coletiva nº 506 901 173, neste ato representado pelo seu Presidente, Dr. Ricardo Rio, adiante designado por **Município**,

E

SEGUNDO OUTORGANTE: Freguesia de Palmeira, com sede na Rua Belo Horizonte, nº 20, 4700-683 Braga, pessoa coletiva nº 507 330536, aqui representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, José António Vieira Peixoto, adiante designado por **Freguesia**,

Considerando que:

São atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios da respectiva população, em articulação com as freguesias, como estabelece o artigo 23º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação actual,



Compete à câmara municipal, de acordo com o prescrito no artigo 33º, nº 1, alínea ee) do citado Anexo "Criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal",

É celebrado o presente contrato de comodato entre os outorgantes acima melhor identificados que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

(Objeto)

O Município é dono e legítimo proprietário do edifício descrito na Conservatória do Registo Predial de Braga sob o nº 3641/Palmeira e inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo



4102 (antigas instalações do Jardim de Infância da Póvoa, freguesia de Palmeira), adiante apenas designado por **Edifício**, melhor identificado na planta anexa ao presente contrato e que dele faz parte integrante.

Cláusula Segunda

(Finalidade)

Pelo presente contrato, o **Município** entrega à **Freguesia** e esta aceita, o imóvel descrito na cláusula primeira, a título gratuito, para o exercício de atividades de carácter social, lúdicas, culturais e recreativas, promovendo o bem estar dos seus habitantes.

Cláusula Terceira

(Regime de utilização)

1. A segunda outorgante utilizará o referido prédio para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, não lhe podendo dar outro fim, sem autorização do **Município**.
2. À segunda outorgante não é permitido sublocar, emprestar ou ceder, por qualquer forma ou negócio, os direitos emergentes deste contrato, sem autorização expressa do **Município**.
3. Exclui-se do disposto no número anterior a cedência a título precário sem direito a exigir qualquer prestação pelo uso da coisa, a associações ou clubes, com sede na freguesia de Palmeira, para o exercício das atividades referidas na cláusula segunda, carecendo, para tal, de autorização do **Município**.
4. Finda a vigência do presente contrato, a segunda outorgante deverá entregar ao **Município** o Edifício em bom estado de conservação.

Cláusula Quarta

(Obras de Adaptação)




Após competente autorização por parte do **Município**, a **Freguesia** poderá proceder por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as obras de construção, adaptação, conservação e/ou manutenção a realizar no **Edifício**, que sejam necessárias à prossecução das atividades referidas na cláusula segunda.

Cláusula Quinta

(Reparação e manutenção dos equipamentos)

Compete à **Freguesia** proceder, por sua conta e risco, e exclusivamente a expensas suas, a todas as reparações, conservação e manutenção dos equipamentos.

Cláusula Sexta

(Benfeitorias)

Todas as benfeitorias realizadas no Edifício ou nos equipamentos levadas a cabo pela **Freguesia** consideram-se neles integradas, não havendo lugar a qualquer indemnização finda a vigência do presente contrato.

Cláusula Sétima

(Obrigações da SEGUNDA OUTORGANTE)

1. Na vigência do presente contrato, a **Segunda Outorgante** obriga-se a assumir os encargos decorrentes das seguintes despesas:
 - a) inerentes à conservação e limpeza dos espaços;
 - b) decorrentes da celebração de contratos e consumos de eletricidade, água, gás, telefone, rede de dados, e outros custos de exploração;
 - c) relativas ao pagamento de prémios de seguro que, por lei, sejam obrigatórios.
2. A segunda outorgante obriga-se ainda:
 - a) à contratação de um seguro multirriscos que salvguarde o edifício em caso de sinistro;



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

- b) a não afetar o imóvel a fim diverso daquele a que se destina, nos termos da cláusula segunda do presente contrato.
- c) a manter as instalações em perfeito estado de conservação e segurança.

Cláusula Oitava

(Prazo)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura, e é celebrado pelo prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovável por iguais períodos, se não for denunciado por qualquer uma das partes até 90 dias antes do seu termo ou de qualquer uma das suas renovações.

Cláusula Nona

(Omissões)

As omissões ao presente contrato são reguladas pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente os artigos 1129º e seguintes do Código Civil.

Cláusula Décima

(Foro)

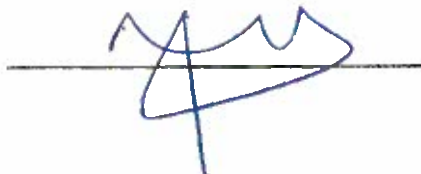
Para a resolução de todas as questões emergentes do presente Contrato, as partes elegem como competente o foro da Comarca de Braga, com expressa renúncia de qualquer outra.

Cláusula Décima Primeira

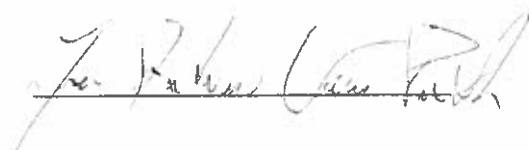
A proposta relativa ao presente contrato de comodato foi aprovada em reunião do Executivo Municipal realizada em 29 de fevereiro de 2016 e em sessão da Assembleia Municipal realizada em 11 de março de 2016.

Braga, 22 de Abril de 2016.

1º Outorgante - Município de Braga



2º Outorgante - Freguesia de Palmeira





Escala 1/200